

SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

UNIDADE JURISDICCIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS

COMARCA DE VISCONDE DO RIO BRANCO

SENTENÇA

PROCESSO Nº: 0055966-94.2014.8.13.0720

Vistos.

Beatriz Auxiliadora dos Santos Oliveira requer que o Município de Guaranicema MG seja condenado a lhe fornecer mensalmente o medicamento Tenflax, pois é portadora de artropatia traumática em joelho direito com presença de osteófito patelar (CID.M12-56), cujo tratamento depende do uso do medicamento prescrito. Contudo, não dispõe de condições financeiras para adquiri-lo e o réu se nega a fornecê-lo.

A antecipação de tutela foi deferida (fl.16).

As partes compareceram à audiência de conciliação, instrução e julgamento mas não celebraram acordo. Na oportunidade o réu ofertou contestação, sobre a qual a autora nada manifestou. Em seguida as partes disseram não ter mais provas a produzir, concordando com o julgamento do feito no estado em que se encontra.

Decido.

Defiro à autora a assistência judiciária requerida, pois estão preenchidos os requisitos legais.

Indefiro o pedido de inclusão do Estado de Minas Gerais no polo passivo da presente ação, pois em sede de Juizado Especial é vedada qualquer forma intervenção de terceiro e não é o caso de litisconsórcio necessário. De mais a mais, por se tratar de responsabilidade solidária, faculta-se à parte acionar tanto o Município quanto o Estado ou os dois. Preferiu a autora apenas o primeiro.

No mérito, o pedido inicial é procedente.

O pedido da autora é para que o Poder Judiciário determine ao réu o fornecimento de medicamento para o tratamento de doença diagnosticada como "artropatia traumática em joelho direito com presença de osteófito patelar (CID.M12-56)".

Verifica-se, sem sombra de dúvidas, o direito à saúde, invocado pela autora, que é expressamente assegurado pelo artigo 196 da CR/88. Este dispositivo, ao prescrever que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, constitui norma de aplicabilidade imediata e eficácia plena.

Não assiste razão ao réu na alegação de que o medicamento não pode ser fornecido porque é de alto custo, bem como não está disponibilizado na rede estadual de saúde.

Essa alegação, de forma alguma, pode inviabilizar o tratamento prescrito pelo médico responsável, pois o direito à vida e à saúde deve prevalecer sobre qualquer outra garantia constitucional. Além disso, o Município não nega a necessidade do medicamento pleiteado, apenas questiona a obrigação de fornecê-lo. Neste aspecto, cabe ressaltar que não se trata de medicamentos de "alto custo", mas de medicamento prescrito a pessoa portante de recursos.

Com efeito, o direito à saúde é garantido pela Constituição Federal e não

urgência, como no presente caso; deve ser privilegiado o respeito indeclinável à vida e à saúde humana.

Assim, atendo-se ao fato de que o fornecimento de medicamento a pessoa que padece de grave enfermidade, tem força para efetivar o cumprimento do artigo 196 da Constituição Federal de 1988, aplicar-se-á o princípio da razoabilidade para garantir o direito à saúde e a vida em detrimento da alegação de não fazer parte do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF.

Sendo o direito à saúde, arrolado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, cabe ao Poder Judiciário, quando da omissão do Poder Executivo na implementação e efetivação dos direitos fundamentais, agir com celeridade e assegurar o cumprimento de determinações constitucionais. Portanto, o Município, ao negar a autora o fornecimento do medicamento, violou seu direito, dando ensejo a que ela buscasse a proteção legal por meio desta ação.

Posto isso, julgo procedente o pedido inicial e condeno o Município de Guiricema-MG a fornecerem para Beatriz Auxiliadora dos Santos Oliveira, o medicamento Tenflax, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena da multa diária de R\$100,00, limitada a R\$10.000,00. Os medicamentos deverão ser fornecidos de forma contínua, desde que seja apresentada mensalmente e retida a respectiva receita médica Deverá, ainda, incluí-la em programa específico para esse fim.

Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 9.099/95.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Visconde do Rio Branco, 15 de dezembro de 2014.

Jayme de Oliveira Maia

Juiz de Direito